

A usina ficou no papel

Projeto previsto para o rio Araguaia, entre Tocantins e Pará, a hidrelétrica de Santa Isabel, de 1.087 MW, está cada vez mais longe de se tornar real. Em maio foi concluído mais um capítulo – talvez o último – da história do empreendimento. Durante reunião da câmara técnica de análise de projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em Brasília, o MME demonstrou sua descrença com relação à viabilidade da usina.

Oficialmente o ministério explica que apenas informou aos integrantes da câmara que a hidrelétrica não estava incluída no Plano Decenal de Energia (PDE) 2008-2017 nem no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas que o governo continuava trabalhando pela obra. Apesar disso, alguns participantes saíram da reunião com a impressão de que o governo havia jogado a toalha em relação à polêmica usina, licitada em 2001, ainda sob a égide do modelo anterior, pelo qual levava um projeto quem oferecia maior valor pelo Uso do Bem Público (UBP).

A realidade é que o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da bacia dos rios Tocantins e Araguaia, aprovado em abril pelo plenário do CNRH, compromete de vez a construção de Santa Isabel. O documento sinaliza que, para compensar as construções de hidrelétricas no rio Tocantins, o Araguaia será mantido intocado. Para bom entendedor, foi a sentença de morte que faltava.

Segundo o documento, as diretrizes são “priorizar a construção dos empreendimentos no rio Tocantins” e determinar que “os empreendimentos previstos para o rio Araguaia não devem alterar a dinâmica fluvial do rio, de modo a proteger o seu trecho médio, uma região sensível do ponto de vista hídrico e de ecossistema aquático”.

Um mês antes da aprovação desse plano, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já deu sinais do fim de Santa Isabel para ambientalistas em evento do Greenpeace, no Rio de Janeiro. “Algumas hidrelétricas que estavam previstas não vão ser levadas adiante. No Araguaia, por exemplo. Nossa ideia é manter o rio livre de usinas”, disse Minc na ocasião.

Prós e contras

Há quem consiga enxergar na decisão do CNRH um lado positivo do ponto de vista energético.

“Claro que há o lado negativo de não se poder construir na bacia do Araguaia, mas a aprovação do plano estratégico tem um lado positivo, que é abrir portas para o licenciamento integrado de uma outra bacia, no caso, a do Tocantins”, opina o ex-diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, que também foi diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

A visão de Kelman tem lógica. Afinal, o rio Tocantins concentra 85% dos 23.825 MW de potencial previstos na bacia do Araguaia-Tocantins. Nele já estão situadas grandes hidrelétricas, como Tucuruí, de 8.370 MW, e Serra da Mesa, de 1.275 MW. E é lá também que está sendo construída Estreito, de 1.087 MW, a mesma capacidade instalada de Santa Isabel.

Por sua vez, não faltam empecilhos para licenciar a usina do Araguaia. O projeto prevê a inundação de 250 km², obrigando ao reassentamento de 2 mil pessoas de sete municípios – Ananás, Araguanã, Riachinho e Xambioá, em Tocantins, e Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo, no Pará.

Mas é no aspecto histórico que o empreendimento tem mais obstáculos. Acredita-se que na área prevista para ser alagada estão enterrados 58 corpos de ex-guerrilheiros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) mortos durante a Guerrilha do Araguaia, na década de 1970. Além disso, na região há 113 sítios arqueológicos com 5,7 mil pinturas rupestres de até 8 mil anos de idade.

Pergunta sem resposta

Tanta riqueza ambiental e arqueológica leva a um questionamento: por que então o projeto foi leiloado? Tudo indica que, com um racionamento de energia a caminho, o governo tentou de todas as formas ofertar ao mercado todos os empreendimentos possíveis. Faltou combinar isso com a área ambiental e o Ministério Público.

O empreendimento foi incluído no Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo então governo Fernando Henrique Cardoso em maio de 2000, no olho do furacão da crise de abastecimento elétrico no Brasil.

A hidrelétrica foi a leilão pela Aneel, em novembro de 2001, junto com outros nove projetos. Desses, somente três estão em funcionamento, dos quais um, Monjolinho (RS), de 74 MW, entrou em operação comercial apenas este mês.

Na época, Santa Isabel foi arrematada pelo consórcio Geração Santa Isabel (Gesai), formado basicamente por autoprodutores – Vale (43,85%), BHP Billiton Metais (20,60%), Alcoa Alumínio (20%), Votorantim Cimentos (10%) e Camargo Corrêa Geração de Energia (5,5%). O consórcio levou a usina com lance de R\$ 61 milhões, um ágio de 1.695,12% sobre o valor do edital.

Menos de um ano depois, em julho de 2002, o Ibama emitiu parecer técnico determinando a inviabilidade ambiental da usina. Dois anos após, a Vale anunciou que iria desistir do empreendimento. A Aneel, porém, decidiu que não devolveria outros R\$ 161 milhões pagos pelo consórcio como garantia de que iria fazer a obra.

Com a entrada de Minc no lugar de Marina Silva na pasta do Meio Ambiente, no ano passado, o mercado esperava uma flexibilidade maior por parte do Ibama na emissão das licenças ambientais. De fato, o órgão deu um sopro de vida ao projeto em agosto de 2008, quando emitiu um termo de referência para

que o consórcio refizesse os estudos e desse entrada novamente com o pedido de licença prévia.

O plano estratégico aprovado pelo CNRH, no entanto, é um golpe quase que fatal para a construção da hidrelétrica. Hoje, a única Santa Isabel que figura nos planos do governo é uma térmica a biomassa, de 40 MW, prevista para entrar em operação ainda este ano, em Novo Horizonte (SP).

POLITO, R. **A usina ficou no papel.** Revista Brasil Energia, Geração, edição nº 407, maio.2009